

O «GRAI – Grupo Reflexão/Acção/Intervenção»: um modo «consciente, activo e interveniente» de servir a Igreja e a sociedade na transição democrática portuguesa

LUÍS LEAL



Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-9938-2939>

lreal@ucp.pt

Resumo: Apresentam-se aqui alguns resultados preliminares respeitantes à investigação em curso incidente sobre a documentação – inédita – a que o Autor teve acesso e que é relativa ao “GRAI – Grupo Reflexão/Ação/Intervenção”, grupo de clérigos da diocese do Porto, formalmente constituído a 14 de maio de 1974 como resposta à prisão de dois colegas daquele presbitério em função da sua recusa em servirem as Forças Armadas como Capelães Militares. Partindo de uma sucinta descrição analítica das referidas fontes documentais, apresentam-se algumas considerações acerca do funcionamento e *modus operandi* do Grupo em análise e das problemáticas (intra e extra eclesiais) em torno das quais gravitou a sua «reflexão/acção/intervenção». Clarificado o contexto e motivações da constituição deste Grupo, bem como o enquadramento, dinamismo e alcance da sua atividade, tornar-se-á então possível compreender melhor a sua relevância no quadro de toda a eferescência crítica, dita de “oposição” e de “resistência”, não só à Guerra Colonial mas antes a toda a “situação” (política, social e eclesial) vivida pelos protagonistas aqui evocados naqueles alvares de 1974 e mais concretamente no universo geográfico-eclesial do Porto.

Palavras-chave: Guerra Colonial, Capelanias militares, Objeção de consciência, Clero, Diocese do Porto.

The «GRAI – Reflection/Action/Intervention Group»: a «conscious, active and proactive» way of serving the Church and society in the Portuguese democratic transition

Abstract: This paper presents some preliminary findings from ongoing research focused on previously unpublished documentation accessed by the author, relating to GRAI – Reflection/Action/Intervention Group, a collective of clergies from the Diocese of Porto formally established on 14 May 1974. The group emerged in response to the imprisonment of two fellow presbyters who had refused to serve in the Armed Forces as military chaplains. Starting with a brief analytical description of the documentary sources, the paper offers reflections on the functioning and *modus operandi* of the group, as well as on the intra- and extra-eclesial issues around which its «reflection/action/intervention» revolved. By clarifying the context and motivations behind the group’s formation, as well as the framework, dynamics, and scope of its activities, the study aims to shed light on the group’s significance within the broader context of the critical ferment—often described as “opposition” and “resistance”—not only to the Colonial War, but more broadly to the entire political, social, and eclesial “situation” experienced by the protagonists in the early months of 1974, particularly within the ecclesiastical and geographical setting of Porto.

Keywords: Colonial War, Military chaplaincies, Conscientious objection, Clergy, Diocese of Porto.

Introdução

«[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los»¹. Estando ainda em curso o processo de “interrogatório” à documentação em presença (e que a seguir se descreverá sumariamente), a presente Nota de Investigação pretende ser isso mesmo: uma apresentação introdutória, quer da documentação em causa (gentilmente colocada à disposição do autor destas linhas pelo Pe. Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha, falecido em janeiro de 2023), quer da génese, identidade, propósitos, dinamismo e amplitude da “reflexão/ação/intervenção” protagonizada por este Grupo que a mesma descreve e concretiza. Identificam-se aqui, por conseguinte, algumas das temáticas que rapidamente se constituem em outras tantas hipóteses de aprofundamento da compreensão das problemáticas eclesiais, políticas e sociais suas coevas e que só o culminar da referida investigação poderá futuramente expor de forma devidamente consolidada.

1. As fontes da investigação: breve caracterização

A documentação inédita que aqui é alvo de investigação é constituída por cerca de 550 documentos, de muito diversas dimensões (*grosso modo*, entre o normal “bilhete postal” – 10,16 cm x 15,24 cm – e o menos comum formato “B4” – 25,7 cm x 36,4 cm) e igualmente múltiplas tipologias: atas (e/ou resumos ou secções parcelares das mesmas), apontamentos pessoais (na maioria dos casos, manuscritos), recortes de jornais/revistas, bilhetes (postais e outros), cartas e telegramas, comunicados, convocatórias (para reuniões do Grupo em causa ou outros encontros de índole semelhante), cronologias, documentos-manifesto, esquemas, folhetos, listas, mapas, notas de despesa. ... Toda esta documentação chegou-nos às mãos já minimamente organizada em pastas-dossier de tamanho A4 (8 pastas), quase sempre identificadas com uma “folha de rosto” que situava a documentação nelas contida numa dupla vertente: cronológica, com indicação do “período” a que respeitava (ex.: «Por data de Maio de 75 a Set.º de 77»), e “temática”, com a indicação do “assunto/conteúdo principal” a que se referia (ex.: «Documentos dos anos 70 | D. António Ferreira Gomes | todos no computador»²).

1 BLOCH, Marc – *Apologia da História, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 79.

2 Quis o depositário desta documentação e autor destas referências nas referidas “folhas de rosto” registar e significar, com esta expressão, que os documentos constantes deste dossiê em particular haviam já sido alvo de transcrição informática, em formato Word, estando igualmente arquivadas as ditas “cópias/transcrições” no seu computador pessoal.

A esta documentação haverá que somar ainda um *Livro de Actas do GRAI*, com 60 fólhos, correspondentes a 28 Atas devidamente numeradas, datadas e quase sempre assinadas pelo redator (secretário da reunião), às quais se juntam ainda seis Atas, não numeradas nem assinadas, com numeração de fólhos não sequencial em relação às anteriores (há um “salto” do fólho 39v da *Acta* n.º 38 para o fólho 42 onde se regista a primeira destas Atas não numeradas) e cujo aparato caligráfico denuncia terem tido estas um autor diverso de todas as anteriores e que, na Ata de 20 de junho de 1977, nos é indicado ser o Pe. José Maria Pacheco Gonçalves. Com efeito, a primeira delas (de 21 de setembro de 1976, fols. 42-43v) não regista sequer os presentes e ausentes na reunião: apenas indica o mesmo «José Maria Pacheco» como «coordenador» da mesma (situação que se repetirá nas seguintes reuniões) e aponta a data de «19 de Outubro em local a combinar» como data do encontro seguinte. Não obstante, a Ata imediatamente subsequente aparece datada de «18 de Abril de 1977», contém já o registo das presenças e ausências e, a certa altura, refere a proposta do «Zé Maria» para que «nas reuniões a efectuar este ano, se retomasse o assunto da sessão de Fevereiro último», encontro de que não temos qualquer registo. Não obstante, a periodicidade mensal dos encontros parece ter sido, então, momentaneamente restabelecida (16 de maio e 20 de junho), sendo logo depois interrompida nesse mês de junho de 1977, dado que as reuniões seguintes estão datadas de 19 de setembro e 17 de outubro (sendo esta a derradeira de que há registo no referido Livro). Tais inconstâncias constituem, a seu modo, outra manifestação da “crise” que o Grupo então atravessava (como atesta o teor da Ata de 18 de abril atrás referida), assunto a que regressaremos mais adiante nesta exposição.

Igualmente problemático é o horizonte cronológico coberto por esta fonte, uma vez que, considerada isoladamente, seremos levados a estimar que o Grupo em questão terá estado em atividade “formal” entre 14 de maio de 1974 e 17 de outubro de 1977 (datas das primeira e derradeira atas do referido Livro, respetivamente), conclusão que se revela não compaginável com as datas de outros documentos constantes do acervo em análise e que atestam a permanência da atividade do Grupo até (pelo menos) meados de 1981.

Quadro sinóptico das Atas e respetivas datas das reuniões do GRAI

Nº da Acta	Data
1	14/05/1974
2	18/06/1974
3	24/09/1974
4	01/10/1974
5	09/10/1974
6	15/10/1974
7	19/11/1974
8	03/12/1974
9	17/12/1974
10	21/01/1975
11	18/02/1975
12	18/03/1975
13	11/04/1975
14	15/04/1975
15	20/05/1975
16	26/06/1975
17	03/07/1975
18	??/09/1975 ³
19	21/10/1975
20	18/11/1975
21	16/12/1975
22	19/01/1976
23	16/02/1976
24	15/03/1976
25	05/04/1976
26	26/04/1976
27	17/05/1976
28	30/05/1976
[sem número]	21/09/1976
[sem número]	18/04/1977
[sem número]	16/05/1977
[sem número]	20/06/1977
[sem número]	19/09/1977
[sem número]	17/10/1977

3 Apesar de haver indicação do número de Ata, o Livro não apresenta qualquer texto descritivo da reunião respeitante, o que pode indicar que a mesma a) não se chegou a realizar ou b) tendo ocorrido, não houve possibilidade de registo/transcrição da respetiva Ata.

Disto mesmo constitui prova a “Carta-circular” de 3 de abril desse ano, onde a “Equipa Coordenadora” (padres «Bernardino, Serafim, Caetano», que assim mesmo assinam a missiva) fazem a “síntese” do encontro do Grupo havido a 23 de março desse ano e, logo de seguida, lançam os convites para os encontros «No dia 24 de Abril [...] com o P. Rodrigo Mendes⁴, para nos falar dos contactos e experiências que fez, na sua recente passagem pelo Brasil» e no «Dia 4 de Maio [com] a Dra. Manuela Silva⁵ [que] estará connosco [...] para nos ajudar a reflectir sobre as implicações da entrada de Portugal na CEE, a uma luz cristã. Nesse mesmo dia à noite [...] será a nossa reunião [...]». Do mesmo modo, o documento intitulado *Ao Serviço da Igreja do Porto*, datado de 27 de maio desse ano e colocado à apreciação dos membros do GRAI para que seja «definitivamente redigido com o contributo de todos» é outra prova da extensão temporal da atividade do Grupo muito para além do registo “formal” das suas reuniões no Livro em presença.

Analisando um pouco mais em pormenor a documentação, e no que concerne aos recortes de artigos de jornal, estes têm como fontes primordiais os periódicos *Diário de Lisboa*, *Expresso*, *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto* e *Voz Portucalense*, a que se somam outros de carácter mais local/regional. As temáticas/conteúdos de tais artigos são, sobretudo, de teor eclesial, com destaque para as referências às iniciativas/intervenções públicas (através da imprensa e não só) do GRAI, bem como para as respetivas “reações” críticas. Igualmente relevante é o número de artigos de análise da situação da Igreja em Portugal, seja num plano *macro* (Concordata, Forças Armadas, eleições...) seja num plano mais circunscrito/local (ex.: a «morte do Pe. Max⁶»⁷, o problema da pobreza e da habitação na «escarpa da Serra do Pilar»⁸, os “casos” de «Lourosa, Oleiros e Moselos»⁹). Merece também destaque o número de recortes de entrevistas, quer a prelados (em particular a D. António

4 José Rodrigo da Silva Mendes (1944-2023), natural da Diocese do Porto, foi membro do Instituto Religioso Filhos da Caridade, no seio do qual foi ordenado padre por D. Florentino de Andrade e Silva, bispo auxiliar do Porto, em Amarante, a 18 de agosto de 1968. Tendo sido nomeado assistente Nacional da Liga Operária Católica (LOC) em 1974, foi igualmente o responsável pela formação dos Filhos da Caridade entre 1977 e 1984, tendo passado pelo Brasil, Canadá, Estados Unidos, Colômbia, México, Cuba, República Checa, Hungria e Polónia. Terminou os seus dias ao serviço da diocese de Setúbal, onde foi pároco das paróquias do Lavradio e Santa Maria, no Barreiro, além de vice-reitor do Seminário de Almada.

5 Prof.ª Manuela Silva (1932-2019), professora catedrática do ISEG e antiga Presidente da Comissão Justiça e Paz, foi pioneira (juntamente com o Prof. Alfredo Bruto da Costa) no estudo sistemático da pobreza em Portugal.

6 “Padre Max” é o nome pelo qual ficou conhecido Maximino Barbosa de Sousa (1943-1976), um padre e candidato a deputado pela União Democrática Popular, assassinado em 2 de abril de 1976, vítima de um atentado à bomba no carro onde seguia juntamente com a estudante Maria de Lurdes Pereira.

7 «Assassinados em Vila Real um padre e uma estudante», *Nova Terra*, 8 de abril de 1976; O. L., «O Direito à Diferença», *Nova Terra*, 8 de abril de 1976.

8 Cf. CARVALHO, Luis de (texto); PEREIRA, Ricardo (fotos) – Pelo direito de morar com dignidade (2). *O Comércio do Porto*. (25 jul. 1976).

9 Em Lourosa, Oleiros e Moselos: caciques reaccionários contra Igreja Católica. *O Diário*. (10 jan. 1977); Lourosa: divergências em torno do pároco. *Jornal de Notícias*. (10 jan. 1977); Mais de mil cristãos apoiam os padres de Lourosa. *Diário Popular*. (26 jan. 1977).

Ferreira Gomes, em contextos e sobre temáticas muito díspares) quer a outros protagonistas de relevo do panorama eclesial coevo. Registem-se ainda alguns artigos de comentário a Documentos do Magistério, quer emanados do Sínodo dos Bispos (1977), quer da Conferência Episcopal Portuguesa.

No que concerne aos bilhetes postais, estes são, na sua maioria, simples manifestações de “confirmação de vontade de adesão” dos respetivos emissários ao GRAI. Neste grupo encontram-se dois bilhetes postais que, não obstante, merecem especial referência, uma vez que são eco de outras questões e dinamismos em que este Grupo se inscreve e que merecem ulterior aprofundamento:

- um primeiro, datado de 3 de abril de 1975, do Bispo D. Manuel Falcão, à data Coadjutor do Arcebispo-Bispo de Beja, acusando a receção de uma reflexão da autoria do GRAI acerca do regime concordatário;
- um segundo, datado de 21 de novembro de 1978, em que o Pe. Luís de França¹⁰, da Comunidade João XXIII, saúda os elementos do GRAI e garante uma futura cooperação com o CERP¹¹ (e onde inclui ainda uma breve referência/comentário à “resistência” dos bispos portugueses à constituição de uma “Comissão Nacional Justiça e Paz”).

Entre as cartas e “cartas-circulares” contam-se, sobretudo, as missivas enviadas pelas várias Equipas Coordenadoras do GRAI aos respetivos membros a convocar os mesmos para as reuniões/encontros do Grupo, sejam estes ordinários ou extraordinários (em função da “premência” dos temas/acontecimentos propostos a discussão). Merecem especial destaque, neste grupo documental, algumas cartas assinadas ora por grupos circunscritos de entre os elementos do GRAI (em representação deste), ora por membros isolados (*idem*) e que constituem, em si mesmas, “tomadas de posição” diante dos destinatários das mesmas a respeito das problemáticas nelas

10 Fr. Alberto Luís França de Oliveira (1936-2016), frade dominicano, ordenado em França em 1969, tendo regressado a Portugal em 1971 e sido assignado à Comunidade João XXIII. Foi membro da Direção do IED (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento) e, entre 1998 e 2004, assumiu a presidência da OIKOS, da qual era membro fundador. Foi também membro fundador do CRC (Centro de Reflexão Cristã) e associado do Metanoia. Adquiriu particular notoriedade durante o período revolucionário graças ao seu papel interventivo na rádio e na televisão, sobretudo com o programa “Cada dia uma esperança”. Mais tarde, em 1981, haveria de editar um relevante estudo sobre o comportamento religioso da população portuguesa.

11 Grupo lisboeta de cristãos “de base”, constituído «informalmente logo após o 25 de Abril. Reúne cristãos de vários quadrantes ideológicos e inseridos em meios cristãos muito diversos». *25 de Abril-25 de Novembro. Textos cristãos*. 1ª ed., Lisboa: Ulmeiro, 1977, p. 62. Tinha entre os seus principais dinamizadores os padres Agostinho [José Luís de Jesus] Jardim Gonçalves (1932 -), Luís de França e José Carlos de Sousa (este último, membro do Patriarcado e que, na década de 90, assumiria a coordenação da Ação Pastoral do mesmo). De acordo com Paula Borges Santos, «O CERP propunha reflectir criticamente sobre a atualidade eclesial, política e social e tinha por principal objetivo criar em Portugal uma Comissão Nacional “Justiça e Paz”. Surgido em 5 de maio de 1974 para desaparecer só em 1980, o grupo era maioritariamente composto por sacerdotes, mas incluía também uma religiosa e alguns leigos»: SANTOS, Paula Borges – *Dom António Ribeiro*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, p. 305, nota 647.

abordadas e, *a fortiori*, a concretização da “ação/intervenção” que define a própria identidade do Grupo em análise. A título de exemplo, registem-se:

- datada de 10 de outubro de 1974, a *Carta de Padres do Porto aos Bispos Portugueses*, onde se apresenta uma espécie de síntese de todo o «caso do nosso colega P. Manuel Joaquim Ribeiro, desde a sua chamada ao Curso de Capelães Militares de 7 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 1974, frequência desse Curso com os seus incidentes, desclassificação, convocação para o serviço militar como praça, recusa, prisão a 25 de Setembro de 1974 na Reclusão Militar do Porto» e a correlativa manifestação de desagrado;
- a carta datada de 31 de março de 1975, ao Núncio Apostólico, assinada pelo Pe. Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha em que, em nome do GRAI, se dá conhecimento ao destinatário do «resultado da reflexão» do GRAI sobre o «absoluto desajuste» do regime concordatário em relação ao «espírito da Igreja do Vaticano II e da situação político-social criada pelo 25 de Abril».

Do mesmo modo, merecem também destaque algumas cartas aqui recolhidas que, analisados em pormenor os seus emissores, destinatários e o teor/assunto a que se reportam, imediatamente se nos afiguram como testemunhos “em primeira mão” do ambiente (político, social e eclesial) então vivido e que justificam a sua preservação neste “corpus” documental. Atente-se, neste quadro, aos seguintes exemplos:

- 1974.11.26 – *Carta dirigida ao Sr. Bispo em 26 de Novembro de 1974* (Pe. Leonel Oliveira);
- 1974.12.06 – *Às comunidades cristãs do Padrão da Légua* (D. António Ferreira Gomes);
- 1976.04.28 – *Carta ao Bispo do Porto* (Comunidade Paroquial do Senhor Jesus do Padrão da Légua);
- 1977.03.03 – *Aos grupos CARA (Algarve), GRAI (Porto) e FRATERNIZAR (Porto)* ([Pe.] A.[gostinho] Jardim Gonçalves);
- 1977.04.05 – *Aos grupos e instituições que aderiram às “Jornadas Internacionais por uma sociedade superando as dominações”* (Pe. [Agostinho] Jardim Gonçalves, Secretariado Nacional, Lisboa);
- 1977.05.29 – *Aux Eveques français qui ont signé la déclaration de solidarité avec l’Eglise d’Amérique latine* (GRAI);
- 1978.06.15 – *Justiça e Paz (JP 3/77). Pela abolição da tortura* (CERP – Cristãos em Reflexão Permanente, Lisboa).

Outro importante grupo documental é o constituído pelos “Comunicados”/ “Documentos”/ “Manifestos” pois é precisamente através deles que o Grupo vai apresentando publicamente as suas “tomadas de posição” diante de temas considerados candentes e merecedores da sua «Reflexão-Acção-Intervenção», bem como do restante Clero e/ou agentes sociais/políticos neles envolvidos. Com efeito, um simples elenco dos títulos de alguns destes “Comunicados”/ “Documentos”/ “Manifestos” é elucidativo quer das temáticas que colheram particular atenção do Grupo quer dos horizontes da intervenção deste, quer ainda do permanente esforço dos seus membros para se manterem atentos à realidade e dinâmicas eclesial, social e política, dando o seu contributo (crítico e propositivo) em ordem à melhoria e desenvolvimento salutarens das mesmas. Atente-se, assim, nos exemplos abaixo elencados:

- 1974.09.28 – *Foi preso o Pe. Manuel J. Ribeiro – 1º comunicado* (GRAI)
- 1975.03 – *Relações Igreja-Estado. Concordata*¹²(GRAI)
- 1975.05.?? – *Por que Igreja optamos* (GRAI)
- 1976.04.23 – *Os cristãos e as eleições* (GRAI)
- 1976.05.18 – *O Padre Maximino em inquérito* (GRAI)
- 1977.04-05 – *Sermos Igreja hoje e Aqui – algumas questões* (GRAI)
- 1977.08.24 – *Sermos Igreja hoje e aqui* (GRAI)
- 1978.06.29 – *A propósito da suspensão “a divinis” do Pe. José Alves Rodrigues* (GRAI)
- 1979.02.22 – *Os cristãos e a vida do povo português* (GRAI)
- 1980.12.18 – *A Igreja e o mundo do trabalho* (GRAI)
- 1981.07.09 – *Ao serviço da Igreja do Porto*¹³ (GRAI)

2. Uma (sempre) intrincada questão: a(s) cronologia(s)

Tal como já anteriormente se referiu, esta é outra questão particularmente problemática a que a documentação, por si mesma, não parece ser capaz de responder de forma totalmente satisfatória, uma vez que se verifica aqui uma certa não-conformidade entre os vários espaços temporais a que a mesma se reporta. Com efeito, se quisermos estabelecer as balizas temporais em que se inscreve o acervo documental em causa, verificamos que, entre os documentos cuja data nos

12 Documento enviado ao Ministério da Justiça, com conhecimento (cópia) do bispo diocesano, D. António Ferreira Gomes, que acusou a receção e lhe deu resposta, aceitando que o seu teor fosse analisado em futura reunião do Conselho Presbiteral.

13 Este texto, preparado para divulgação pública, foi igualmente enviado diretamente ao bispo diocesano, D. António Ferreira Gomes, pela Comissão Coordenadora do GRAI (Padres Serafim Ferreira Ascensão, António Caetano da Silva e Bernardino de Queirós Alves, a quem o bispo respondeu, em missiva com selo da Casa Episcopal (nº 73/81) datada de 11 de julho seguinte, documento igualmente aqui preservado.

foi possível identificar de forma inequívoca (visto existir também um considerável número de existências documentais cuja datação só será possível “por aproximação” e sempre em articulação/diálogo com outras fontes/referências, endógenas ou exógenas ao acervo em análise), aquele que se nos apresenta com uma data mais remota encontra-se na Pasta n.º 7 e consiste numa cópia da célebre *Carta* (“Pró-memória”) de D. António Ferreira Gomes a Salazar, datada de 13 de julho de 1958, imediatamente seguida por uma outra, datada de 2 de agosto seguinte, do mesmo autor mas tendo o clero do Porto como destinatário¹⁴, e de outros documentos, de diferentes tipologias e conteúdos, de datação prévia à da existência “formal” do Grupo. No polo oposto, o documento com data mais recente encontra-se igualmente na Pasta n.º 7 e consiste num recorte de jornal relativo à entrevista de D. Júlio Tavares Rebimbas ao jornalista Manuel Dias, publicada na edição de 20 de junho de 1983 do *Jornal de Notícias*.

Não obstante, atendo-nos à cronologia que nos é apontada pelo Livro de Atas do Grupo, verificamos, com efeito, que esta não é compaginável com a datação atrás proposta: 14 de maio de 1974 é a data da primeira Ata das reuniões do GRAI, enquanto 17 de outubro de 1977 é a data da última. Do cotejo da restante documentação em presença podemos facilmente concluir que, a partir desta data, o Grupo continuaria a reunir e a existir enquanto tal, mas sem que se fizesse registo de Atas no respetivo Livro (desconhecemos, inclusive, se, mercê das sucessivas mudanças de “Comissão Coordenadora”, não haverá, porventura, um “segundo livro” de Atas. . .). O que é certo afirmar é que quer a data da última convocatória (27 de maio de 1981), quer a data do documento diretamente associado à sua atividade, intitulado *Ao serviço da Igreja do Porto* (9 de julho de 1981), demonstram, em si mesmos, a permanência da existência do GRAI para além dos limites temporais apontados pelo seu Livro de Atas.

Com efeito, surgem-nos assim como que duas linhas cronológicas, momentaneamente sobrepostas/confluentes, e nas quais se enxertam outros momentos-acontecimentos marcantes, antes, durante e depois da existência do GRAI: uma primeira linha, mais ampla, com início em 1958 (as citadas cartas de D. António Ferreira Gomes) e término em 1983 (pouco depois da chegada de D. Júlio Tavares Rebimbas à diocese do Porto), e que poderíamos designar como o “horizonte *macro*”

14 Nesta missiva, o prelado portugalense alerta que «Seria vão, estulto e suicida querer ignorar a gravidade da situação em que nos encontramos»: «é patente que a cristandade portuguesa se divide», uma divisão que se manifestou «claramente na Ação Católica e nas outras formas de Apostolado dos leigos, bem, como na alma do povo cristão, designadamente dos operários e dos jovens; mas está já no seio do Clero». Apelando a que «o Clero se convença que isto é um problema de Igreja» [...], de magistério, de pastoral, de apostolado e mesmo de espiritualidade», convida os seus padres a uma reflexão aprofundada sobre estas problemáticas, baseada na análise e comentário (em sede de conferências especificamente para tal preparadas): (1) do livro *Princípios de Doutrina Social*, de Adérito Sedas Nunes; (2) da «Radiomensagem natalícia de 1944» e (3) da «Radiomensagem natalícia de 1954», ambas «conferidas» com o pensamento de S. Tomás.

que engloba e enquadra, do ponto de vista do “ideário teológico-eclesial”, grande parte da ação-intervenção cívico-eclesial do Grupo; uma segunda linha, situada entre a data da primeira Ata e a data do último documento/manifesto/comunicado cuja autoria é claramente atribuível ou mesmo assumida pelo Grupo, como aquela que descreve, com maior objetividade, o arco temporal da sua existência e atuação formal, documentalment e consideradas e fundamentadas.

Finalmente, convirá ainda apontar uma terceira linha interpretativa e aclaratória destas questões cronológicas e que se concentra na análise dos documentos identificados, precisamente, como “cronologias”, já aqui anteriormente referidos. Dois deles são da autoria do “CERP – Cristãos em Reflexão Permanente”, aqui arquivados provavelmente como modelo inspirador do exercício que o próprio GRAI assumirá para si, concretizado nos restantes três documentos. Focando-nos nestes, verificamos que os títulos de dois deles sugerem claramente o seu teor: *Cronologia resumida (1958-1992)* e *Factos e acontecimentos*, muito embora sejam muito divergentes quanto ao teor e formato dos mesmos. No primeiro caso, estamos diante de um elenco de acontecimentos (em formato listagem, com indicação da data e descrição mínima do documento correlativo), sobretudo relacionados com a história/realidade da diocese do Porto, a espaços enquadrados por acontecimentos que dizem respeito ora à Igreja Portuguesa («1972.12.? – Vigília na Capela do Rato, em Lisboa») ora à Igreja Universal («1974, de 27 de Setembro a 26 de Outubro – 3º Sinodo dos Bispos sobre a Evangelização no Mundo Moderno»; «1974.04.? – Expulsão do Bispo de Nampula pelas autoridades, após a denúncia de Wiriamu»). Quanto ao autor material do documento, este é identificável graças a uma anotação manuscrita na p. 5 do mesmo – «falta folhas» – caligrafia que se identifica imediatamente como pertencente ao Pe. Arlindo de Magalhães (por justaposição com outros documentos manuscritos igualmente da sua autoria, o que justifica, igualmente, a extensão cronológica – até 1992 – do elenco cronológico apresentado¹⁵). O registo dos acontecimentos é feito de forma descritiva, tendo o autor o cuidado de, por vezes acrescentar, outras vezes adjetivar algum elemento/particular que permita uma melhor compreensão do acontecimento referido.

No segundo caso, e admitindo que o autor “material” do documento possa ser o mesmo do anterior, o “formato” e “organização” da informação é bastante diferente e denota, porventura, a prossecução de uma finalidade diversa que justifica a sua concretização e utilização. De facto, em vez de uma mera listagem (indicação de data e acontecimento correlativo), o documento está, desde logo, formatado em orientação horizontal (e não vertical) e apresenta como que duas colunas distintas:

15 Note-se ainda que, neste caso, são várias as vezes em que o autor regista, à frente dos acontecimentos, a referência «FD» + número entre parêntesis, a indicar o número da edição da “Folha Dominical” da Comunidade Cristã da Serra do Pilar (a que o mesmo preside) em que o texto/comunicado/assunto/acontecimento referido foi publicado/comentado.

numa primeira, que leva como cabeçalho a expressão «Factos-Acontecimentos», registam-se datas e acontecimentos obedientes, *grosso modo*, aos mesmos critérios de seleção/enunciação do documento anteriormente descrito. Não obstante, neste caso, é muito maior a incidência de acontecimentos relacionados com a «ação/intervenção» do GRAI e com o percurso/vicissitudes biográficas de alguns dos seus membros. Por conseguinte, o elenco dos acontecimentos é feito de forma muito mais sucinta (e mesmo “lapidar”, por vezes) dando-se mais espaço e atenção, na segunda coluna (intitulada «Leitura-Observações-Interpretações»), a comentários, notas de contextualização/explicação do acontecimento em causa. Assim, se na primeira coluna encontramos a objetividade dos «factos ocorridos», na segunda somos brindados com uma proposta de leitura/interpretação dos mesmos, o que aponta, como atrás se referiu, para uma provável finalidade diversa a ser dada por quem tiverem sido os agentes que tiveram em mãos este instrumento de trabalho/reflexão. Não obstante, e da análise até ao momento empreendida, não se vislumbrou ainda ser possível apresentar uma cronologia abrangente, consolidada e minimamente rigorosa que nos permita esclarecer muitas das questões levantadas pela documentação em presença.

3. O GRAI: génese, identidade e «Projecto»

Aqui chegados, e após elencarmos algumas considerações acerca da materialidade da documentação em presença e dos problemas pela mesma suscitados, é hora de prosseguirmos este nosso “interrogatório”, trazendo para a discussão as possibilidades de resposta que a mesma nos sugere a respeito da origem (contexto) e motivações (propósitos) do Grupo em análise.

Ora, como anteriormente fizemos notar, a existência de documentos com data anterior à da primeira Ata/reunião formal do GRAI indica, desde logo, uma leitura possível para a génese deste Grupo, hipótese que o conteúdo e leitura da dita documentação acaba por demonstrar. É a *Acta* n.º 1, de 14 de maio de 1974, a esclarecer que a razão imediata para o «projecto» que nesta reunião se pretende apresentar e inaugurar reside, desde logo, na prisão dos Padres José Maria Pacheco Gonçalves e José Alves Rodrigues (a 7 de janeiro de 1974)¹⁶ e na necessidade de

16 «Dos cinco convocados para o curso de capelães, dois de nós (eu [Pe. José Maria Pacheco Gonçalves] e José Rodrigues) fomos depois convocados para nos apresentar à Guarda Nacional Republicana. Fomos levados para a Polícia Judiciária Militar separadamente; fomos interpelados sobre as razões de não termos acatado a convocatória; a resposta foi muito simples: porque estava expressa repetidamente nas cartas, inclusivamente ao Ministério da Defesa, e depois fomos detidos durante 22 dias, tratados respeitosamente mas, no Quartel General e depois, seguidamente, já depois de 25 de Abril, fomos integrados como soldados rasos (como praças) para prestar serviço nas Forças Armadas e nos serviços de saúde». – Cf. GONÇALVES, José Maria Pacheco – *O ministério sacerdotal e a Paz: a posição da diocese do Porto sobre a capelania militar na Guerra Colonial*. Comunicação apresentada no Seminário de História Religiosa (2023): «Deus vult? Os cristãos e a guerra,

«melhor articulação/coordenação» e «maior coragem» entre os participantes das múltiplas reuniões entretanto havidas para analisar esta questão:

«[...] dado que os Pes. José Maria Pacheco Gonçalves e José Alves Rodrigues se negaram a entrar no quadro da Capelania Militar, houve, a propósito do problema, reuniões de alguns Padres que tiveram lugar nos dias 3, 11 e 21 de janeiro e 19 de Fevereiro de 1974. Esta última levou a maioria dos presentes à conclusão de que, continuando as coisas como até aí, não se iria longe. De facto, acusa-se o mau funcionamento das mesmas, a incerteza das presenças e o “não se chegar a decisões”. [...]

Houve falhas mais: não existência de um grupo coordenador e, *primeiro*, falta de agenda e preparação das reuniões, não existindo Comissões de Trabalho comprometidas. Numa palavra: houve desorganização»¹⁷.

E, logo de seguida, são-nos dados elementos muito relevantes à compreensão da génese deste (novo) Grupo. Atente-se, pois, no excerto (e nos nossos sublinhados a “negrito”):

«Na citada reunião de 19 de Fevereiro, o Pe. Afonso Moreira da Rocha comprometeu-se a apresentar em próxima reunião a efectuar, um plano sobre o modo de trabalhar. Dado que tal p.p. reunião não chegou a ser convocada, os Padres do Quinquénio, reunidos em Darque na Semana da Páscoa, pediram a três elementos que, em contacto com o Pe. Afonso, se comprometessem a promover a reunião presente, objecto desta Acta. No encontro dos ditos três elementos (Padres Manuel António Ribeiro, Brito Peres e Diácono Bernardino) com o Pe. Afonso acordou-se que seria apresentado o projecto que se transcreve»¹⁸.

do medievo à contemporaneidade», Porto, 16 de outubro de 2023. Anotações recolhidas a partir da videogravação da sessão acedida em: <https://youtu.be/xHH3FfSzQOM?list=PLTYOgRVXBxd02dil7iSHCM87uJfrOeLVH>. Consultado a 18/10/2023. Com efeito, todas as problemáticas aqui invocadas por esta questão – das “capelanias militares” ao “anticolonialismo”, da relação entre Igreja e Estado à questão da “objeção de consciência” (para os membros do Clero, particularmente) haveria de estar não só na génese como permanecer, durante muito tempo, como *quaestio disputata* para os membros do GRAI, como demonstram quer as múltiplas referências a estes temas nas Atas das suas reuniões, quer a *Carta de Padres do Porto aos Bispos Portugueses* (datada de 10 de outubro de 1974), quer ainda a existência de um número considerável de recortes de jornal e/ou tomadas de posição alusivas a este e outros casos de padres presos (v. g. Pe. Manuel Joaquim Ribeiro e Pe. Mário de Oliveira). Acerca da problemática em torno dos capelães militares, ver, entre outros: RODRIGUES, António dos Reis – *A assistência religiosa às Forças Armadas e o Ordinariato Castrense*. Lisboa: União Gráfica, 1964; GOMES, D. António Ferreira – Comunicado do Bispo do Porto (6-11-1974). In *Dicionário Político. Os Bispos e a Revolução de Abril*. Lisboa: ISPAGAL, p. 265-266; FERREIRA, Nuno Estêvão – Os meios católicos portugueses perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa. *Lusitania Sacra*. 12 (2000) 221–65; RATTNER, Jair – Capelães do contra – textos de capelães que se opunham à linha oficial em jornais de unidades militares durante a Guerra Colonial. In *Para uma história do jornalismo em Portugal II*. Vol. 2. [Lisboa]: ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova, 2021, p. 172–83; GONÇALVES, José Maria Pacheco – O ministério sacerdotal e a Paz: a posição da diocese do Porto sobre a capelania militar na Guerra Colonial. In ABREU, Adélio Fernando; AMARAL, Luís Carlos (coords.) – *Deus Vult? Os cristãos e a guerra, do medievo à contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica Editora (no prelo); MARUJO, António – A “Caixa de Correio de Nossa Senhora” – Vida, Guerra e Paz nas mensagens dos peregrinos de Fátima. In ABREU, Adélio Fernando; AMARAL, Luís Carlos (coords.) – *Deus Vult? Os cristãos e a guerra, do medievo à contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica Editora (no prelo).

17 Acta n.º 1 [14 de maio de 1974]. in GRAI – *Actas*. [s. l.], f. 2.

18 Acta n.º 1 [14 de maio de 1974], f. 2.

Assim, somos levados a concluir, que o GRAI terá nascido por iniciativa de um grupo de padres pertencentes a um outro grupo que lhe é anterior, o dos “Padres do Quinquénio”, “movimento gestativo” este que, não significando uma relação “paternal-filial” entre estes dois organismos, é demonstrativo, pelo menos, das múltiplas esferas de encontro-reflexão pastoral (e sociopolítica) no contexto do clero portuense. Com efeito, era nestes termos que os “Padres do Quinquénio” se apresentavam:

«Co-responsáveis na condução dos destinos da nossa Diocese, queremos estar ao seu serviço de um modo consciente, activo e interveniente. . . . Sentimos as dificuldades de uma efectiva renovação da nossa Igreja diocesana numa altura em que suportamos como herança o peso secular do regime de cristandade. Julgando urgente tomar “opções de hoje para a vida de amanhã”, para sermos Igreja que “acompanha os homens na sua busca diligente, na busca do futuro” (D. António in *Homília da Festividade de Cristo Rei*, 21.11.1971), também queremos decidir-nos claramente por uma “Igreja que se sente missionária, que tem mandato deste mundo de hoje como ele é, que se sente pequeno rebanho, quando uma segunda reforma está em processo de efectivação. . . sob a rajada do urbano” (cfr. D. António in *Homília na erecção da Paróquia de N. S. da Ajuda*, 28.1.1973)»¹⁹.

Eis, em síntese, a “definição” que o citado Pe. Afonso Rocha nos apresenta deste grupo do “Quinquénio”:

«Sob a sábia e dedicada coordenação do Dr. Narciso Rodrigues, a diocese do Porto promoveu, durante alguns anos, após o Concílio Vaticano II, com carácter obrigatório e com a intervenção de especialistas nacionais e estrangeiros, um programa de formação teológica, pastoral e espiritual para os presbíteros recém-ordenados (até cinco anos após a “ordenação”)»²⁰.

Também de acordo com o mesmo Pe. Afonso Rocha, haverá que referir ainda a existência de uma outra estrutura informal de reflexão-ação pastoral na cidade do Porto, em concreto a denominada “Equipa Pastoral da Zona Ribeirinha”, constituída em 1 de novembro de 1969 pelo pároco e coadjutor da paróquia de S. Pedro de Miragaia e pároco de S. Nicolau (mais tarde alargada às paróquias de Ameal, Cedofeita, S. Pedro de Azevedo, Sé e comunidade da Igreja de S. José das Taipas, ligada ao Opus Dei do Porto). É nesta Equipa que, segundo a sua opinião, se desenvolveu igualmente a ideia da constituição de um «espaço de reflexão teológico-pastoral aberto», mas igualmente vocacionado e implicado na «acção e intervenção a nível eclesial-pastoral e a nível político e social». Eram membros desta Equipa

19 GRUPO DO QUINQUÉNIO – Algumas considerações acerca da nossa Igreja diocesana. 21/05/1973.

20 ROCHA, Afonso – *A filosofia de uma biografia*. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2019, p. 52 (nota).

(em 1973) os padres Afonso Rocha, Agostinho Jardim Moreira, António da Silva Martins, Joaquim Pereira Sampaio e o Diácono Bernardino Queirós Alves²¹ já aqui referidos.

Conclui-se, pois, que este exercício de reflexão a que o significado da sigla “GRAI” aponta, e em particular a que é focada nas «questões de fundo: Vicariato Castrense e Concordata», subjacentes ao debate em presença aquando da sua constituição formal, já haviam sido alvo de ampla análise por (pelo menos) alguns destes 25 padres e quatro diáconos²² que constam da “lista de presenças” da reunião inaugural cuja Ata seguimos aqui de perto. Com efeito, num documento datado de 3 de junho de 1972, regista-se que «Os abaixo assinados são clérigos da diocese do Porto que se reuniram para reflectir sobre a missão do capelão militar à luz da missão da Igreja, tendo presente a reacção suscitada pela homilia proferida pelo Sr. D. António Ferreira Gomes, no dia 1 de Janeiro p. p., na Sé Catedral do Porto». Do mesmo modo, num outro documento, desta vez com data de 31 de março de 1973, precisamente intitulado «Relações Igreja-Estado: Concordata?» e assinado por 28 clérigos, são apresentados quatro pontos (dois de «contextualização eclesiológico-pastoral» e os dois seguintes de «concretizações e propostas»), e que pode ser considerado como um verdadeiro manifesto a respeito do tema a que o título do documento aponta.

Regressando ao texto da *Acta* n.º 1 do GRAI, e paralelo a este trabalho de reflexão, é referido um outro, de ação propriamente dita, nomeadamente o concretizado nos «encontros com o Sr. D. Manuel Trindade, Presidente da Conferência Episcopal e com o Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa». Contudo, diante da ineficácia de tais diligências («Nota-se certo medo de assumir compromisso» é o comentário do redator a respeito), o grupo parece haver concluído que era chegado um novo momento – que exigia um tipo diferente de intervenção, poderíamos dizer – em que, com este novo «Projecto» (o GRAI), os padres seus signatários tentam concretizar uma forma diferente de, precisamente, refletir, atuar e intervir. Eis, portanto, e de forma esquemática, o «Projecto de Regulamento» do GRAI apresentado à consideração dos participantes da reunião de 14 de maio de 1974:

21 Cf. ROCHA – *A filosofia*, p. 90.

22 Eis os seus nomes, conforme a “lista de presenças” da primeira reunião: António Santana, Fernando Carneiro, António da Silva Martins, Agostinho Jardim, Arlindo Ribeiro da Cunha, Albino Moreira da Silva, João Miranda, Henrique [...], Alfredo Soares, Brito Peres, Lino Maia, Afonso Rocha, José Ribeiro da Mota, Vieira de Magalhães, António Coelho, Mário Pais, António Orlando, António Ângelo, Orlando Mota, António Borges, João Alves Dias, Lino Seabra, Reinaldo de Sousa, Torres Maia, Manuel António Ribeiro; quanto aos diáconos: Bernardino Alves, Norberto Martins, Fernando Milheiro e Domingos Monteiro.

«**1. Objectivos do Grupo:** reflexão e acção-intervenção.

2. Pólos da reflexão e acção-intervenção:

- 2.1. Vida Pastoral diocesana
- 2.2. Estruturas da Igreja diocesana e nacional
- 2.3. Pessoas e cargos eclesiais a nível nacional e diocesano
- 2.4. Problemas fronteira (Vicariato Castrense, Concordata, Acordo Missionário, Aulas de Moral, Capelães Militares, etc.)
- 2.5. Interpelação do Mundo ao Padre, estabelecido em determinado estatuto

3. Estruturação

- 3.1. Grupo Coordenador (constituído por 3 membros, eleitos por um ano) [...]
- 3.2. Comissões de Trabalho: eleitas “ad causam” para estudar problemas e apresentar proposta de reflexão-acção à Assembleia
- 3.3. Assembleia de todos os membros. Residindo aqui a força vital do grupo, exige-se de cada membro uma participação efectivamente activa, quer nas reflexões, quer nas decisões a tomar. [...]

4. Composição da Assembleia

- 4.1. Por diáconos e presbíteros
- 4.2. Expressamente identificados com os objectivos
- 4.3. Dispostos a participar activamente
- 4.4. Compromisso pessoal de coerência pastoral segundo as conclusões a que o grupo for chegando
- 4.5. A admissão de novos membros dependerá da decisão da maioria absoluta da Assembleia reunida.

5. Funcionamento

- 5.1. A Assembleia reunirá mensalmente em dia certo
- 5.2. Em local neutro e particular
- 5.3. As despesas serão da responsabilidade de todos

6. Situação do Grupo na Igreja

- 6.1. Privado e não oficial
- 6.2. Sendo privado, deverá ser do conhecimento do Bispo»²³.

Quanto aos temas/problemáticas que concretizam os «Pólos da reflexão e acção-intervenção» aqui apresentados (e que ajudarão não só a enquadrar melhor a documentação apensa mas igualmente compreender a amplitude – eclesial e social – da sua «reflexão/acção/intervenção», teremos que consultar a *Acta* n.º 2 (de 18 de junho seguinte) para os conhecermos. Ei-los abaixo, em versão esquemática:

«**Igreja e Concordata Portuguesa** (a Guerra, presença da Igreja à Guerra, aulas de Religião e Moral, divórcio...)

. Igreja e Classe Trabalhadora

23 *Acta* n.º 1 [14 de maio de 1974], f. 2–2v.

- . **Renovação do Ministério Sacerdotal**
- . **Estrutura paroquial e seu descongelamento**
- . **Estruturas Diocesanas** (Conselho Presbiteral e Vigários Episcopais)
- . **Pastoral especializada** (sectores humanos, etários e sociais)
- . **Compromisso político do Padre**
- . **O Padre e o (no) trabalho profissional**
- . **Evangelização**
- . **Pastoralização da Cúria diocesana**
- . **Participação eclesial na escolha dos Bispos**
- . **Regionalização da Diocese**
- . **Igreja em Portugal** (o que somos, como somos, o ser e estar da Igreja no País, nas contradições internas e contra rivais)
- . **Os Seminários diocesanos, mormente o Maior**
- . **Análise do governo pastoral de D. António Ferreira Gomes».**

Foi, com efeito, sobre estes assuntos, problemas e “causas” que os elementos deste Grupo foram refletindo internamente, dando posterior nota pública (e de múltiplas formas, condizentes com a pluralidade de tipologias de documentação atrás descrita) diante daqueles que entenderam, a cada momento, serem os seus mais imediatos interlocutores. Uma análise mais aturada dos ditos temas, da documentação que lhes está apensa, da linguagem/terminologia neles aplicada, dos agentes (emissores/destinatários/protagonistas) neles invocados permitirá reconstruir o denso panorama (ideológico-teológico, mas igualmente pastoral-social) do período em casa.

Da análise dos múltiplos elementos aqui elencados se conclui que o GRAI é, simultaneamente, resposta imediata e concreta a uma interpelação provocada pela questão das capelanias militares («Vicariato Castrense e Concordata», na terminologia usada pelos seus membros) – sem, com isto, olvidarmos a dimensão humana e de “fraternidade presbiteral” entre os seus elementos e os seus colegas vítimas de prisão “por razões de consciência”, mas igualmente o resultado de uma evolução interna dentro de uma esfera (ou conjunto de esferas) de reflexão e formação teológico-pastoral do clero do Porto.

4. Protagonistas e respetivas “redes”

Alguns dos nomes que assinam as Atas deste Grupo são particularmente conhecidos/relevantes no quadro do clero portuense, não só pelo protagonismo assumido no seu seio (até pelas responsabilidades que democraticamente lhes foram atribuídas), mas também em virtude dos respetivos percursos biográficos posteriores, tendo alguns assumido papéis de muito especial relevo no âmbito da

história contemporânea da diocese do Porto e do clero português nos finais do passado século. Entre estes, talvez seja justo assinalar os nomes de: Agostinho Jardim [Moreira], Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha, Albino Moreira da Silva, João Miranda, Alfredo Soares, Lino Maia, Afonso Moreira da Rocha, António Orlando, João Alves Dias, Torres Maia, Manuel António Ribeiro, bem como os (então) Diáconos Fernando [de Lima] Milheiro [Leite] e Domingos Monteiro.

No quadro do próprio GRAI e da sua história interna, haverá que destacar os nomes daqueles que desempenharam especiais funções de coordenação e/ou que se destacaram pela profundidade das suas intervenções/contributos, também devidamente alicerçados e comprovados pelo inovador dinamismo pastoral desenvolvido nas comunidades a seu cargo. Entre estes, adquirem particular relevo os Padres Afonso Moreira da Rocha, Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha e Joaquim Sampaio (primeira “Equipa Coordenadora” do GRAI, eleita na 2ª reunião²⁴), Serafim Ferreira de Ascensão (que, enquanto membro do Conselho Presbiteral, foi muitas vezes o “interlocutor” do GRAI naquele outro fórum de discussão pastoral diocesano²⁵), António Ângelo Alves de Sousa, Bernardino Queirós Alves, António Caetano da Silva, Manuel Gaspar e Leonel Oliveira (no caso destes dois últimos, protagonistas de relevo no quadro da questão em torno da “Comunidade do Padrão da Légua” e da sua articulação com as autoridades diocesanas).

Simultaneamente, e fazendo valer os percursos biográficos de alguns destes seus membros e dos contactos pessoais por eles despoletados, o GRAI apresenta uma clara preocupação de sintonia com a reflexão teológico-pastoral desenvolvida em contexto internacional, sobretudo em dois vetores específicos:

- através da preparação de um «relatório» a respeito da situação vivida em Portugal em ordem à participação nas “Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações” (1978)²⁶;
- através de inscrição no grupo “Prospective – Centro de pesquisa e de comunicação para a Igreja do Futuro” (Bruxelas, Bélgica), conforme demonstram vários documentos (de diferentes tipologias – cartas, bilhetes postais, panfletos...) constantes do espólio em análise.

Do mesmo modo, encontramos semelhantes marcas de uma particular capacidade e empenho em estabelecer e/ou fortalecer redes de contacto com outros grupos similares, neste caso de implementação e intervenção de âmbito nacional. São disto exemplos e provas os variadíssimos documentos existentes a registar a troca

24 Acta n.º 2 [18 de junho de 1974].

25 Acta n.º 16 [26 de junho de 1975].

26 Cfr. IGREJA CATÓLICA – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – *Por uma sociedade superando as dominações: Primeira etapa*. [s. l.]: Edições Paulinas, 1978.

de impressões, informações, reflexões e causas partilhadas com o CERP – “Cristãos em Reflexão Permanente”, radicado em Lisboa e com um ideário teológico-pastoral e de intervenção cívica muito próximo do GRAI, a que se somam os grupos “FRATERNIZAR” (Porto) e “CARA” (Algarve), bem como o Pe. Luís de França (da Comunidade João XXIII – Lisboa), que, em múltiplas ocasiões, se mostra próximo quer de alguns elementos do GRAI quer do seu ideário e causas assumidas. Uma leitura comparada dos textos destes (e de outros grupos que se poderão aqui somar), aliada à análise das respetivas “redes” (societárias e eclesiais) permitir-nos-á, certamente, perceber quais os espaços ocupados e influenciados pelos mesmos, bem como as possíveis linhas de mútua inspiração que os unem.

De facto, e muito embora geograficamente situado no Porto e particularmente empenhado na resolução dos problemas pastorais/eclesiais daquela região/diocese, o GRAI sempre se afirmou e compreendeu, desde a sua génese, não só atento à realidade da igreja portuguesa em geral, mas igualmente como um dos seus agentes de intervenção válidos no quadro da renovação pós-conciliar e pós-revolucionária então globalmente desejada. A Igreja diocesana foi, certamente, o seu *habitat* gestativo e o seu primeiro espaço de intervenção; mas foi à transversalidade (geográfica, ideológica, eclesial, pastoral) da Igreja (leia-se: dos cristãos) em Portugal que o grupo quis efetiva e ultimamente chegar, pois só assim reconheceu ser possível a transformação (eclesiologicamente traduzida como *aggiornamento*) então desejada.

A terminar este ponto, atente-se ainda num outro elemento a ter em consideração para uma compreensão mais profunda da história deste grupo: a flutuação do número de assinantes das Atas, e dos respetivos textos-documentos-manifestos-comunicados hauridos destas reuniões/encontros. Com efeito, ao longo do tempo da sua existência, o GRAI viu ora aumentar ora diminuir o número dos seus membros formais e/ou participantes regulares dos seus encontros, questões estas cujos contornos justificativos ainda não nos foi possível consolidar. É possível, de facto, registar, a partir de meados de 1975, uma espécie de “esmorecimento crescente” dentro do grupo, questionando-se a sua identidade e missão, o seu modelo de funcionamento e a operatividade (não) alcançada com tais opções. Mais concretamente, na Ata (não numerada) da reunião de 21 de setembro de 1976, é inclusive feita uma referência clara a alguns sinais de “crise” interna ao próprio grupo, apontando-se igualmente a urgência de uma reflexão sobre os mesmos em ordem a uma nova atitude, situação e problemática cujos contornos só se tornarão minimamente claros se abordada e compreendida dentro do novo quadro sociopolítico (e eclesial) despoletado pelo PREC (análise que colherá a devida atenção em futura publicação sobre este universo documental).

Brevíssima nota conclusiva

Fazendo jus ao carácter simultaneamente provisório e introdutório destas linhas, delas resulta, como facilmente se constata, um grande leque de questões em aberto, a que se poderiam acrescentar muitas outras aqui só levemente invocadas. Umas e outras constituem o objeto de uma análise ainda em curso, a ser complementada e compaginada com os resultados de outros trabalhos agora publicados no presente dossiê. Resta, pois, ao Autor desta Nota manifestar o desejo de levar a bom termo a investigação de que aqui pretendeu dar notícia.

Finalmente, e no que concerne à materialidade do espólio aqui brevemente descrito, está em estudo a possibilidade da respetiva inventariação e tratamento arquivístico, de modo a poder ser devidamente integrado no futuro Arquivo da Fundação Arlindo de Magalhães (cujo processo de ereção está em curso) e que, no cumprimento dos seus Estatutos, tomará as medidas necessárias em ordem quer à sua correta preservação quer à disponibilização para consulta pública do mesmo.